

# Artigo 57 provoca revolta no PFL

Após duas horas de discussão, o Partido da Frente Liberal decidiu ontem, por volta das 21 horas, tentar derrubar "no voto" o item do substitutivo do PMDB que mereceu o ataque unânime da bancada: o parágrafo 7º do artigo 57, disposto sobre os "projetos de decisão" destinados a regular "matéria de relevância para a Assembléia Nacional Constituinte".

A insatisfação dos liberais cresceu progressivamente a partir das 16 horas, com a constatação de que praticamente nada do que propuseram como emenda foi acolhido pelo relator da matéria. A portas fechadas, reuniram-se o líder no Senado, Carlos Chiarelli (RS), e o 1º vice-líder na Câmara, Alcení Guerra, junto com mais de 15 parlamentares, que decidiram convocar toda a bancada para tentar encontrar uma saída para o que o secretário-geral do PFL, Saulo Queiroz, considerou um comportamento "autoritário, discricionário e violento" do PMDB.

O problema era correr contra o tempo: enquanto se reuniam num auditório, a sessão prosseguia em plenário e os peemedebistas procuravam viabilizar a votação do substitutivo para ontem mesmo. Os liberais, que já haviam resolvido pedir destaque para todas as emendas do partido não acolhidas, o que representava, segundo Chiarelli, 90 por cento do substitutivo, resolveram voltar apressadamente para o plenário para inscrever oradores de modo que a votação fosse adiada. Antes, uma proposta do senador Divaldo Suruagy chegou a surpreender a platéia pefelista: ele pediu a interferência do presidente da República para que o PFL pudesse ter algum êxito nas suas propostas.

Os liberais condenam no artigo 7º a indefinição quanto ao que seja "matéria de relevância" e ainda a existência da Comissão de Sistematização com poder de veto para as matérias apresentadas.